

## EM TORNO DO DISCURSO E DA PERVERSÃO<sup>1</sup>

EGON DE OLIVEIRA RANGEL  
PUC-SP

O que pretendo discutir aqui é a concepção de perversão enquanto discurso apresentada por WAHL (1980), testando sua operacionalidade no campo da análise lingüística do discurso e tecendo, em seguida, algumas considerações a respeito da relação entre linguagem e sexualidade. Sem deixar de assumir o risco inerente a toda abordagem que trabalha em mais de um campo teórico, quero entretanto esclarecer desde o início que, apesar do ponto de partida, não pretendo dar nenhum cunho efetivamente psicanalítico a minha abordagem, que prende-se antes à Análise de Discurso (AD) e à teoria da sexualidade de Foucault.

No artigo que estou tomando como referência central, Wahl faz ao mesmo tempo -- e ao que parece uma em função da outra -- uma caracterização da perversão enquanto estrutura e enquanto discurso (manifestação concreta e historicamente determinada dessa estrutura). O objetivo final é descrever a obra de Pasolini, tanto no cinema quanto na literatura, como uma obra que só pode ser cabalmente entendida à luz do conceito de perversão. Nesse sentido, não só a obra constituiria um discurso perverso (daí o título do artigo), mas ainda o próprio autor, enquanto estrutura psíquica, seria, fundamentalmente, um perverso<sup>2</sup>. Passemos em revista, portanto, essa concepção de perversão.

O ponto de partida -- logo em seguida a uma breve narrativa em que o autor recorda a aventura perigosa e vã empreendida por um amigo seu (aparentemente o próprio Pasolini) em busca de um caminhoneiro que pretendia encontrar e seduzir em plena estrada -- é a idéia de que há duas atitudes possíveis em face do risco: a pirraça<sup>3</sup>, ou o "confronto no risco", quando o sujeito apenas espicaça o perigo, e o combate, que representa uma efetiva assunção do "risco da autodestruição e da punição", constituindo portanto um verdadeiro desafio. Neste último caso, que é o da perversão, o perigo, ou seja, o desafio à Lei e à morte, é "o que faz o preço do desejo, e é também o que é preciso pagar pelo desejo" (p.70). A

perversão é então caracterizada como “a [única] estrutura em que se diz a verdade do desejo” (loc. cit), embora não diga nunca toda a verdade.

“uma vez que a perversão é também a estrutura em que é denegada (no sentido da denegação) a falta, positivando-se (fetichizando-se) aquilo que só tem estatuto enquanto disfarce” (p.82).

Em consequência dessa caracterização, Wahl considera que a perversão “primitiva, a única da qual todas as outras derivam, é o masoquismo” (p70), caso limite de afirmação da verdade do desejo.

Ao examinar as relações entre Pasolini e a perversão, Wahl amplia e deixa mais preciso o conceito, atribuindo-lhe três características básicas.

Em primeiro lugar, o perverso é “aquele que se reconhece em desejo”. Como o desejo vem definido como um “movimento de precipitação” em direção a um objeto, movimento esse em que o sujeito se perde, o perverso aparece como aquele que se sabe “perdido” ou sacrificado a seu objeto. Por outro lado, como o desejo, segundo a Psicanálise, dirige-se sempre a um objeto parcial, e nunca total,

“a própria parcialidade desse objeto faz com que o ego, enquanto totalidade, seja assim destruído; [...] ali onde o desejo se instala, começa uma decomposição e um caos”,

fazendo do universo perverso um universo do caos, do parcial e do fragmento.

Em segundo lugar, e na medida em que o desejo é constituído pelo desejo de um Outro (freqüentemente representado pela mãe), o perverso “vivencia o desejo do Outro, que deve levá-lo por sua vez ao desejo, como uma violação, como o exercício de um poder sobre si que busca transformá-lo em coisa” (p. 75). Daí a violência reacional com que o perverso se defende. Como tentativa de restaurar alguma ordem (um substitutivo da Lei) nesse caos de violências recíprocas, aparece o contrato perverso, cujo protótipo é constituído pelo contrário sado-masoquista, a exemplo daqueles firmados entre as personagens da *Vênus das peles*, de Sacher Masoch.

Em terceiro lugar, já que detém a verdade do desejo, e que sabe que o desejo é dilacerante, encontrando a morte em algum lugar, o perverso é aquele que apresenta uma tentação teorizante, no sentido da

elaboração de um sistema do mal, que não seria outra coisa se não o sistema do mundo perverso, decorrente de aí afirmar-se -- quase como o reverso necessário da afirmação do desejo -- a "maldade de Deus", ou a maldade da Lei. Por isso mesmo, o ponto terminal do movimento descrito pelo perverso seria, segundo Wahl, a eleição dessa Lei má como novo objeto de desejo:

"se perseguir seu desejo o fez sempre encontrar uma lei dilacerante, a um determinado momento [...] ele se apercebe de que o objeto de seu desejo era a própria maldade da Lei" (p. 82).

Se esta concepção de perversão permite a Wahl examinar a obra de Pasolini como "discurso perverso", é legítimo esperar que se preste também à discussão de outras obras ou discursos. Antes de levar adiante uma tentativa como esta, farei algumas considerações a respeito do conceito apresentado, no sentido de evidenciar o tipo e a forma de análise que está em jogo. Afinal como diz BENVENISTE (1956; p. 81), "Na medida em que a psicanálise quer apresentar-se como ciência, temos base para pedir-lhe contas do seu método, dos seus meios, do seu propósito".

Antes de mais nada, convém lembrar que o conceito apresentado põe em jogo ao menos outros três: a perversão é uma afirmação do desejo contra a Lei, afirmação esta que erige um sujeito enquanto sujeito perverso. Toda uma concepção de sexualidade está aqui evidentemente pressuposta. O essencial dessa concepção me parece consistir na idéia de que o desejo é sempre intersubjetivo, já que é sempre desejo "de um outro", que um conflito fundamental entre o desejo e a Lei seria constitutivo não só do próprio desejo, mas da sexualidade como um todo<sup>4</sup>. A diferença entre o normal e o patológico é então aferida a partir do tipo de relação existente entre o desejo e a Lei. Daí o caráter de estrutura, ou seja, de padrão relacional estável, que é emprestado ao conceito. Além disso, essa estrutura, que em FREUD (1905) corresponde a algo como uma síntese operada no sujeito entre um padrão decorrente da interação de predisposições inatas ("constitucionais") e traços adquiridos num determinado contexto sociofamiliar, se manifestaria -- por isso podendo ser compreendida -- num discurso específico, fazendo do sujeito desse discurso um tipo.

Por outro lado, assim como BENVENISTE (1956; p.81) observa a respeito das práticas terapêuticas freudianas, na análise de Wahl

"tudo se passa como se não houvesse nada de material. Não se pratica nada que se preste a uma verificação

objetiva. Não se estabelece, de uma indução à seguinte, essa relação de causalidade visível que se procura num raciocínio científico”<sup>5</sup>.

E, tanto quanto a analista num consultório, Wahl

“opera sobre o que o sujeito lhe diz. Considera-o nos discursos que este lhe dirige<sup>6</sup>, considera-o no seu comportamento locutório, ‘fabular’, e através desses discursos se configura lentamente para ele um outro discurso que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente” (p. 82).

Não é intenção de Wahl atingir esse complexo, na medida em que seu objetivo não é promover uma ‘cura’. Mas nem por isso o ‘diagnóstico’ deixa de ser feito, como elemento essencial do entendimento (ou da leitura adequada) da obra de Pasolini.

Há um campo -- ou um objeto teórico -- comum, aqui, à Psicanálise, à Lingüística e, como veremos adiante, à genealogia dos poderes de Michel Foucault, e esse campo é o do discurso. Apesar das diferenças evidentes de objetivos e de tratamento que as duas primeiras disciplinas mantêm entre si, no que diz respeito à consideração do discurso, há pressupostos que me parecem comuns<sup>7</sup>.

Para que o analista possa classificar um discurso e, a partir dessa classificação, caracterizar um tipo de sujeito, é preciso que ele esteja no mínimo muito próximo de afirmar, como BENVENISTE (1958), que

“É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a língua fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’. [...] É ‘ego’ que diz ego. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’, que se determina pelo status lingüístico da ‘pessoa’ ” (p. 286).

É preciso também que esse analista possa concordar com aquele mesmo lingüista que nesse processo fundador da subjetividade

“A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade” (loc. cit.).

Isso quer dizer, muito simplesmente, que na lingüística do discurso a subjetividade só se dá enquanto intersubjetividade, o que afinal está muito próximo da definição psicanalítica de desejo do sujeito como necessariamente constituído (ou "atravessado", como diz Wahl) pelo desejo de um Outro.

Um acordo haveria, ainda, no fato de considerar-se o discurso como uma prática, no sentido de uma apropriação individual -- e portanto única e historicamente datada -- que se opõe a um sistema virtual (o 'código', na Lingüística; a 'estrutura perversa', em Wahl) e que se realiza material e concretamente na forma do texto, seja ele oral ou escrito. Nesse sentido, em ambos os casos essa prática é estruturante, não só porque elabora esses textos, mas também porque os elabora de uma forma específica, dando-lhes a singularidade de forma e de efeitos de sentido que faz de cada um deles um acontecimento. Sendo assim, ao estudioso -- analista ou lingüista -- está aberta tanto a possibilidade de uma consideração privilegiada da prática enquanto tal, ou seja, da enunciação de um discurso, quanto do texto que ele produz, ou seja, do enunciado. Em *Análise de Discurso*, a consideração do enunciado, por maior que seja o seu interesse, não pode passar sem uma referência ao processo de enunciação, e principalmente às suas condições de produção, ou seja, ao conjunto de determinações histórico-sociais, psicológicas etc., que limitam tanto a produção quanto a interpretação de um discurso, fixando-lhe portanto a forma específica ainda há pouco referida.

Um dos pontos mais discutidos em *Análise de Discurso* corresponde exatamente à necessidade de definir-se com mais clareza do que se tem feito o que seriam e quais seriam essas condições de produção (Cf. a respeito COURTINE (1981)), e que tipos de restrições ou determinações cada tipo de condição de produção imporia à forma e ao conteúdo do discurso. Como observa muito adequadamente POSSENTI (1988; p. 46-60), a 'Lingüística do Discurso' já se dispôs a incorporar a seu arsenal analítico uma teoria sociológica das condições de produção, tanto quanto já não vê problemas em associar-se a teorias psicológicas que buscam explicitar tanto certas condições de possibilidade de linguagem (as estruturas cognitivas, por exemplo), quanto determinadas condições de produção que interferem no processo de aquisição da linguagem pela criança (como as circunstâncias e a forma como se dá a escolarização). O que ainda não se reconhece é a possibilidade do concurso da psicanálise para objetivos do mesmo gênero<sup>8</sup>. Nesse sentido, uma análise psicanalítica do discurso ainda é estranha à Lingüística, que não sabe o que dizer do método aí empregado nem o que fazer dos resultados obtidos. Apesar disso, não resta dúvida de que se a tarefa do analista é possível, é porque em algum lugar do

discurso, como lembra BENVENISTE (1956), simbolismo lingüístico consciente e simbolismo do inconsciente se encontram:

“Pode-se, ao nível da linguagem, precisar: trata-se dos processos **estilísticos** do discurso. [...] O inconsciente emprega uma verdadeira ‘retórica’ que, como o estilo, tem as suas ‘figuras’, e o velho catálogo dos tropos proporcionaria **um inventário apropriado aos dois registros da expressão**” (p. 93-94: os grifos são meus).

Se é assim, descrever o estilo de um sujeito é não só apontar um conjunto de estratégias discursivas e mecanismos de elaboração textual específicos, mas também abrir a possibilidade -- ao menos para o analista -- de encarar esse estilo como “marca” de um mecanismo inconsciente subjacente.

De qualquer forma, o que me parece perfeitamente possível dizer, apesar do estado ainda insatisfatório e precário das relações entre a Lingüística e a Psicanálise, é que a análise discursiva do **Diário completo** de Lúcio Cardoso, que empreendo em minha dissertação com instrumentos “lingüísticos”, oriundos principalmente da teoria da enunciação e da argumentação, revela um tipo de discurso que, do ponto de vista de WAHL (1980), poderia ser classificado como “perverso”. Examinemos então o como e o por quê, sem no entanto nos determos nos detalhes e termos técnicos do trabalho.

O **Diário completo** é composto por 1.027 fragmentos que, à primeira vista, ordenar-se-iam entre si apenas por fatores como a sucessão cronológica, a identidade do sujeito da enunciação e certas constantes estilísticas, como o tom poético e denso desses textos em prosa. Chama a atenção, nele, uma grande eficácia retórica no sentido de envolver sedutoramente o leitor em torno de questões que entretanto nunca são claramente explicitadas. Apesar de se tratar de um diário, quase não há relatos de fatos, e sim registros fragmentários, assim como discussões sobre o caráter da arte e da literatura, a “questão nacional”, o catolicismo, o significado da existência humana e a escrita, incluindo aí a escrita do próprio **Diário**. Cria-se assim, como é próprio do gênero, um tom subjetivo e confidencial. Como os relatos de experiência pessoal vivida são poucos e lacunares, a imagem que o leitor pode chegar a fazer-se do autor (ou antes: a imagem de si mesmo que o autor desenha no texto) quase sempre tem de ser **inferida** desses registros e discussões, através de um percurso tipicamente entimemático, cuidadosamente pavimentado pelo próprio texto.

Um bom exemplo desse mecanismo é o seguinte:

“Um diário é uma  
crônica de gemidos”  
(p. 203)

**Inferência 1**  
O Diário é uma crô-  
nica de gemidos

**Inferência 2**  
O autor do Diário  
está sofrendo

onde a imagem do autor, essencial para o efeito de sentido sedutor, é induzida ou sugerida ao leitor através da metalinguagem que traz à tona a enunciação do próprio **Diário**.

E se o efeito global é extremamente envolvente e sedutor<sup>9</sup>, é também porque o autor sugere sistematicamente a existência de algo grave e importante a ser revelado, oferecendo-nos no lugar da revelação, entretanto, os entimemas que conduzem à imagem de alguém torturado e angustiado que sofre injustamente: enfim, a imagem do mártir.

Parte importante da explicação para o efeito de sentido que referi prende-se às condições de produção desse discurso. A primeira publicação do **Diário**, em 1961 (ainda restrito, então, ao que passou a constituir a Parte I, quando da reedição póstuma, ampliada e qualificada como **completa**, em 1971), fora cercada de grande expectativa, pela intelectualidade carioca da época. Esperava-se a revelação de uma homossexualidade que, paradoxalmente, era entretanto notória<sup>10</sup>. E a essa posição incômoda num circuito nitidamente confessional recusa-se o autor.

Dá a elipse e o caráter lacunar e/ou telegráfico dos relatos de experiência pessoal vivida. Dá também a extrema discricção do autor na referência a seus envolvimentos amorosos, particularmente com quem designa como “X”, personagem por quem se reconhece apaixonado e perdido. Apesar da recusa, a interlocução confessional está quase fisicamente presente: presta-se contas às autoridades (a Igreja Católica e sua doutrina pré-conciliar, com quem Lúcio, enquanto fiel, dialoga quase obsessivamente; e os “juízes” que o escritor sentia debruçarem-se sobre si), justificam-se as faltas com as armas do mesmo discurso acusador (“Sem pecado não há salvação”) e, já que o “delito” ou o “pecado” existe, procura-se garantir o perdão e com ele a salvação. Envolver o leitor, quer como cúmplice quer como possível juiz, é portanto fundamental. Não é por acaso que o autor afirma que “Só um gênero de coisas é que não pode ser dito: o que atenta contra a nossa própria pessoa. É pelos outros que somos sagrados” (p. 235).

Levando-se em conta esse contexto, os mecanismos de coesão textual e o movimento descrito pelo sujeito da enunciação, pode-se dizer que a “atitude frente ao risco” de Lúcio Cardoso é claramente a do desafio, representando um “punhal levantado contra Minas Gerais” (os “juízes” de ainda há pouco), como o próprio Lúcio qualificou o **Diário**, no texto em que pretendeu apresentá-lo ao público<sup>11</sup>. Nesse movimento, Lúcio

“se reconhece em desejo” e “afirma a verdade” desse seu desejo contra a Lei religiosa. É nisso que consiste não só a verdadeira “confissão elíptica” que tão bem caracteriza o *Diário*, mas também as declarações em que esse reconhecimento, aparecendo como reconhecimento de uma falta essencial, é explícito:

“Algo me atrai **que não está em mim** e me impede a identificação com as coisas. Mas não são por acaso as **ausências** que me cumprem? [...] Não existo no pleno, e sim **no que carece**” (p. 23; os grifos são meus).

Por outro lado, o desejo é claramente apresentado como constituído pelo desejo de um Outro. Embora não haja, no espaço do *Diário*, nada que permita dizer que esse Outro é a mãe<sup>12</sup>, diferentemente do que acontece na literatura e na filmografia de Pasolini, a relação amorosa com “X” é vista como levando o autor à ruína, e apresenta até mesmo a “violência reacional” que caracterizaria o perverso:

“Tenho a impressão de que é a última vez que vejo esta criatura, ainda tão nítida no seu mundo de infância. Depois disto, minha imaginação inventará rancores, ambições e atitudes de caráter maquiavélico. No fim de tudo, exausto e sem esperança, perguntarei, como o herói de Proust, como é que pude amar tanto alguém que em nada correspondia às minhas preferências.” (p. 7)

E o tema da perdição no/pelo desejo, ou ainda, o tema do caos e da fragmentação daí decorrente também se repetem no texto:

“O segredo, como causa da vida. Nunca se é nada aos **pedaços**, espalhado pelas mãos dos outros. Que nos espalhem depois, que **este é o privilégio da morte**” (p. 268);

“Eu me sinto cheio de vida, mas o fogo que lavra em mim é com tal fúria, que todo o meu interior se acha como que calcinado. Não sou, em última instância, senão **uma paisagem** de desolação e de **morte**” (p. 221; os grifos são sempre meus).

Convém ainda sublinhar que a alteridade constitutiva do sujei-

to não aparece aqui apenas na dimensão intersubjetiva do desejo, mas também na constituição desse desejo enquanto desviante em relação à norma. Cruzam-se e confrontam-se no texto, sendo inclusive elemento fundamental de sua coesão, um discurso "do meu desejo" e outro da Lei, no caso, da moral católica.

Por fim, a "teoria do mal", ou a elaboração de um sistema do mal, aparece por todo o **Diário**, não só na temática do "mal que me habita" mas também nas discussões consagradas à impossibilidade da felicidade, ao destino já de início fracassado de toda e qualquer relação amorosa, ao caráter mesquinho e sujo da política, à miséria e à doença do povo e da nação brasileiros, à pobreza da "carne" e à inutilidade do sexo etc.

Sendo assim, o discurso confessional do **Diário** é também -- e talvez não por acaso -- perverso<sup>13</sup>. E a esta altura convém retomar os resultados da análise lingüística.

O exame da estrutura enunciativa da confissão cardosiana revelou-se como **constituída** por uma interlocução fundamental com o discurso teológico católico. Este é o discurso do juiz, da autoridade e do poder, a quem se presta contas; e é contra a norma que ele enuncia que o desejo é afirmado. Na medida em que enuncia a norma, o discurso normativo, por definição, nega o desvio, que por sua vez é a negação da norma. Assim, a característica básica de um discurso normativo é a sua retórica denegativa, cujo funcionamento ORLANDI (1983) analisou, no caso específico do discurso religioso. Estamos então diante de discursos que se presupõem (um não podendo ser concebido sem o outro) e que articulam poder e desejo. Em outras palavras, estamos diante de uma **ordem discursiva**.

FOUCAULT (1971) define uma ordem discursiva como um mecanismo através do qual

"em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar-lhe os poderes e os perigos, dominar-lhe o acontecimento aleatório, de esquivar-lhe a pesada e temível materialidade" (p. 10-11).

Os procedimentos a que Foucault se refere, divididos em três grandes grupos, podem ser percebidos claramente, em seu funcionamento, no **Diário**.

Em primeiro lugar, Foucault refere-se àqueles procedimentos que, exatamente como verificamos para o caso da confissão cardosiana,

“põem em jogo o poder e o desejo”, constituindo elementos **externos** de controle do discurso, e definindo quem pode (ou deve) falar, de que pode (ou deve) falar e em que circunstância. O resultado é, respectivamente, o privilégio de **quem fala** (em Lúcio Cardoso, é o caso tanto do discurso religioso, onde esse privilégio representa autoridade, quanto do discurso de experiência pessoal vivida do autor, que aparece como confissão a ser examinada), o **tabu do objeto** (a homossexualidade elidida) e os **rituais** que cercam as circunstâncias (as numerosas e ritualísticas justificativas pela escrita do **Diário**).

Em segundo lugar, há um conjunto de mecanismos internos de controle, que se ocupam da classificação, ordenação e distribuição da produção lingüística. São eles: a) o comentário, que institui discursos matrizes em oposição a discursos comentários (e que no **Diário** separam, através de uma onipresente modalização do enunciado e da própria enunciação, a ortodoxia católica das opiniões do autor a respeito); b) a **autoria**, que, a partir da identidade e da individualidade do “eu”, impõe ao texto uma identidade (e que em Lúcio Cardoso tem a função de costurar o confronto desejo -- Lei numa só unidade textual); e, por fim, c) a **disciplina**, que institui sistemas anônimos constituídos por um domínio de objetos, de métodos, de proposições consideradas verdadeiras etc. (no caso do **Diário**, trata-se dos temas, dos argumentos e das máximas da doutrina católica pré-conciliar).

Em terceiro lugar, aparecem os sistemas que definem quem pode ter acesso ao discurso, determinam as condições em que ele pode ser acionado e impõem aos indivíduos um certo número de regras. São esses mecanismos que habilitam Lúcio Cardoso, enquanto escritor consagrado, a escrever um diário -- que então precisaria justificar-se como tendo **algo pertinente e relevante** a dizer -- e o obrigam a honrar o “contrato referencial” previsto pelo gênero, e que o escritor denuncia.

Na medida em que ambos os discursos presentes no corpo do texto do **Diário** têm sua possibilidade, unidade e semanticidade **garantidas** por uma mesma ordem, podem ser vistos como **pertencentes a uma mesma formação discursiva** (cf. FOUCAULT, 1969) **relativa à sexualidade**, ao lado de quaisquer outros discursos que possam ser explicados por idênticos mecanismos.

Em torno do **Diário** foi possível, então, proceder a três considerações distintas, porém relacionadas: na primeira, caracterizei a organização geral do texto, traços relevantes de sua estrutura interlocutiva e suas condições de produção; na segunda, classifiquei-o como “perverso”; na terceira, insire-o numa formação discursiva e o expliquei à luz da ordem correspondente, que o teria cunhado. É hora de concluir.

Nas três abordagens referidas, discurso e sexualidade estão indissoluvelmente ligados. Apesar dos contextos teóricos bastante diferentes, não deixa de ser possível -- e a meu ver instigante -- nos perguntarmos até que ponto não haveria aqui algo semelhante a um objeto comum: a intersubjetividade -- e sua apresentação do sujeito como **efeito** do discurso, e não como sua fonte e causa -- está pressuposta, como vimos, nas abordagens lingüísticas e psicanalíticas; e, se não chega a estar claramente presente em FOUCAULT (1971), não é incompatível com ela, além de ser precisamente na direção da intersubjetividade que FOUCAULT (1983; 1984a, b) evolui, a ponto de fazer o centro de sua atenção incidir na história da constituição do sujeito no/pelo discurso, num contexto em que o discurso de si mesmo é constituído pelo discurso de um outro, de caráter normativo ou "modelar". Além disso, se já vimos que na psicanálise e na lingüística o discurso é uma prática estruturante, o mesmo podemos dizer da concepção foucaultina, onde o discurso erige quer um saber (v. FOUCAULT, 1969), quer um conjunto de tradições lingüísticas (1971), quer ainda um tipo de subjetividade. Se é assim, é possível dizer que a diferença entre os três domínios consiste basicamente no fato de que a lingüística está interessada no discurso enquanto tal, considerando-o nos seus tipos de funcionamento e nos seus instrumentos, enquanto Foucault investiga sua relação com o saber e o poder, e a psicanálise, ou ao menos WAHL (1980), o perscruta à cata de certos estilos que denunciariam a presença de certas estruturas e, por consequência, de certos tipos.

Mas se estamos num campo que é o do discurso, as estruturas psíquicas só podem ser entendidas como seres de linguagem, tanto quanto o saber, para Foucault. Assim, "normalidade", "perversão", "neurose" ou "psicose", na medida em que não correspondam a disfunções orgânicas, podem (talvez devam) ser encaradas de modo análogo às figuras do sentimento/discurso amoroso que BARTHES (1977) descreveu<sup>14</sup>. Figuras essas que nos levam a um sujeito, enquanto lugar de conflito e articulação entre discursos, e não a um tipo. O que significa ter de abandonar a pretensão ontológica da nosografia psicanalítica para enfrentar o terreno do conflito entre os desejos e entre esses e o poder.

## NOTAS

1. Seguindo a pista de algumas sugestões de minha dissertação de mestrado (**Sexualidade e discurso**, a ser submetida ao IEL/UNICAMP em fins de 1990), escrevi a primeira versão desse artigo em 1988, para o módulo de Psicanálise do curso de "Especialização em Sexualidade Humana", do Instituto de Estudos de Relações de Gênero (IEROS), da PUC-SP. Mais precisamente, escrevi-o para Naumi Vasconcelos, que dirigia o Instituto e ministrava as aulas daquele módulo, que tanto me deu o que pensar. Naquela ocasião, meu texto destinava-se ao primeiro número da revista **lerática**, pensada para ser o órgão de divulgação do IEROS. Mas a universidade brasileira é mesmo surpreendente, e as promessas do IEROS foram bruscamente frustradas, com sua extinção abrupta, antes mesmo de concluída suas formulações mais precisas. Submeti então meu artigo aos editores destes **CADERNOS** pela possibilidade de não deixar esquecer "o que poderia ter sido e não foi". E como uma forma de agradecer a Naumi, a quem aprendi a querer muito bem, todo o seu esforço e inspiração.
2. Superposta a essa estrutura perversa, Pasolini -- homem e obra -- apresentaria também uma estrutura neurótica, cuja caracterização não discutirei aqui (Cf., a respeito, p. 70 e 71).
3. Não sei se traduzo bem. O termo, em francês, é **taquinerie**, que Paulo Rónai, em seu **Dicionário essencial francês--português e português--francês**, traduz como implicância. Seja como for, em ambas as alternativas, tenho sempre a impressão de que algo interessante do sentido original se perde. Como se em **taquinerie** já tivesse marcada a conotação de **confronto** que procurei preservar com a opção insegura por **pirraça**.
4. Já em FREUD (1905) a sexualidade implica um conflito, na medida em que a normalidade é definida como uma libido adequadamente reprimida (p. 1.188).
5. Evidentemente, Benveniste está se referindo, aqui, ao modelo das ciências experimentais.
6. Como estou preocupado, aqui, apenas com o discurso verbal, estou deixando de lado o fato de Wahl considerar também os discursos não-verbais de Pasolini. Como o autor não os diferencia, considerando-os igualmente capazes de expressar uma mesma estrutura psíquica, estou assumindo que o que ele afirma a respeito dos filmes é necessariamente aplicável aos textos.
7. Para um confronto mais detalhado e sistemático entre as semelhanças e diferenças entre o tratamento lingüístico e o psicanalítico na análise de um discurso, ver POSSENTI, (1986; p. 46-60).
8. O trabalho de Pêcheux é, de alguma forma, a exceção que confirma a regra, no sentido de que pelo menos desde o seu trabalho de 1975, reivindica um papel central para a psicanálise na constituição da Análise de Discurso. Mesmo assim, esse reconhecimento não chegou a efetivar-se em trabalhos específicos sobre a questão, permanecendo programático.

9. Sobre o alcance e o rendimento literário desse efeito, ver SANTOS (1987) e AYALA (1986).
10. Ver a respeito matéria não assinada em **Ficção**. Rio de Janeiro, Ficção. (2):71.
11. **Ficção**. Rio de Janeiro, Ficção, (2): 72.
12. Se recorrêssemos aos romances do autor, e particularmente à **Crônica da casa assassinada**, certamente teríamos alguns bons indícios nessa direção.
13. A descrição que DELUMEAU (1983) faz dos mecanismos da confissão e de seus efeitos sobre o indivíduo permitem concebê-la como uma gigantesca máquina e fa ricas leis e perversos.
14. TODOROV (1978) aponta nessa direção, promovendo uma caracterização geral do “discurso psicótico” e indicando a possibilidade de fazer-se o mesmo em relação aos “discursos neuróticos”.

## BIBLIOGRAFIA

- AYALA, Walmir. Lúcio Cardoso. In: COUTINHO, Afrânio & COUTINHO, Eduardo de Faria. **A literatura no Brasil**. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, José Olympio; Niterói, EDUFF. v. 5, p. 445-547.
- BARTHES, Roland. 1977. **Fragments d'un discours amoureux**. Paris, Seuil.
- BENVENISTE, Émile. 1956. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral**. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1976. p. 81-96.
- \_\_\_\_\_. 1958. Da subjetividade na linguagem. **Op. cit.** p. 284-293.
- CARDOSO, Lúcio. 1970. **Diário Completo**. Rio de Janeiro, José Olympio.
- \_\_\_\_\_. 1976. Depoimento. **Ficção**. Rio de Janeiro, Ficção. (2):72.
- COURTINE, Jean-Jacques. 1981. Quelque problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. **Langages**. Paris, Larousse. (62): 9-128.
- DELUMEAU, Jean. 1983. La mise au point de l'examen de conscience. In: \_\_\_\_\_. **Le péché et la peur**, la culpabilization en Occidente, Paris, Fayard.
- FOUCAULT, Michel. 1969. **L'archéologie du savoir**. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. 1971. **L'ordre du discours**. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. 1983. **L'écriture de soi**. *Corps Écrites*. (5): 3-23.
- \_\_\_\_\_. 1984a. **Histoire de la sexualité II**; l'usage des plaisirs. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. 1984b. **Histoire de la sexualité III**; le souci de soi. Paris, Gallimard.

- FREUD, Sigmund. 1905. Tres ensayos para una teoria sexual. In: **Obras completas de Sigmund Freud**. 4. ed. Madrid. Biblioteca Nueva, 1981. v. 2. p. 1169-1237.
- ORLANDI, Eni. 1983. O discurso religioso. In: \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. São Paulo, Brasiliense.
- POSSENTI, Sfrío. 1988. **Discurso**, estilo, subjetividade. São Paulo, Martins Fontes.
- SANTOS, Hamilton dos. **Lúcio Cardoso**. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- TODOROV, Tzvetan, 1978. O discurso psicótico. Trad. bras. In: \_\_\_\_\_. **Os gêneros do discurso**. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p. 75-81.
- WAHL, François. 1980. Le discours de la perversion. In: MACCIOCCHI, Maria Antonietta. Org. Pasolini. Paris, Bernard Grasset.